



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL - CCBA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS DE BACABAL – CCLB
CURSO DE LETRAS - PORTUGUÊS

VALQUÍRIA DA SILVA E SILVA

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a representação da mulher em *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus.

VALQUÍRIA DA SILVA E SILVA

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a representação da mulher em *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Português, do Centro de Ciências de Bacabal – CCBA, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Letras – Português.

Orientador: Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira

Bacabal - MA
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva e Silva, Valquíria.

Opressão e Resistência: a representação da mulher em
Quarto de Despejo: diário de uma favelada de Carolina
Maria de Jesus / Valquíria da Silva e Silva. - 2026.
46 p.

Orientador(a): Rubenil da Silva Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Letras - Português,
Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal
do Maranhão, Bacabal-maranhão, 2026.

1. Autoria Negra. 2. Resistência. 3. Identidade
Feminina. 4. Literatura Negra. 5. Carolina Maria de
Jesus. I. da Silva Oliveira, Rubenil. II. Título.

VALQUÍRIA DA SILVA E SILVA

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a representação da mulher em *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Português, do Centro de Ciências de Bacabal – CCBA, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Letras – Português.

Aprovada em 16/07/ 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira (UFMA)
ORIENTADOR

Prof.^a Dr.^a Renata Cristina da Cunha (UESPI)
1^a Examinadora

Prof.^a Me. Maria Cleidimar da Silva Ribeiro
2^a Examinadora

Dedico este trabalho à minha maior inspiração, minha mãe, Eronilde da Silva. Com amor, dedicação e sem medir esforços, ela me guiou em cada etapa da minha vida, incentivando-me a seguir em frente e a acreditar nos meus sonhos. Não caberia expressar, apenas em palavras, o amor e a gratidão que sinto por seu empenho; esta conquista também é sua, minha rainha.

AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão que tenho o privilégio de expressar meus sentimentos de reconhecimento a Deus, agradecendo por seu infinito amor, misericórdia e cuidado para comigo. Durante toda esta trajetória, encontrei força e esperança em sua palavra: "Confia ao Senhor as tuas obras, e os teus desígnios serão estabelecidos." (Provérbios 16:3, RA). Serei eternamente grata por todos os sonhos e objetivos alcançados até aqui, pelo dom da vida e pela oportunidade de concluir este curso e esta monografia. Foram anos marcados por experiências enriquecedoras e ensinamentos valiosos compartilhados por cada profissional da educação que fez parte da minha formação.

Direciono meus mais sinceros agradecimentos à minha mãe, Eronilde (Lenilda), meu maior exemplo de força, minha base, meu porto seguro, minha melhor amiga e companheira em todos os momentos. Falar sobre essa mulher, sempre será um tópico sensível, pois foi minha primeira educadora e quem me ensinou a encontrar felicidade mesmo nos dias mais difíceis. Sua dedicação, incentivo e apoio incondicional foram fundamentais para que eu ingressasse e permanecesse no ensino superior.

Agradeço, também, à minha vizinha, Maria de Nazaré da Silva, matriarca da nossa família, minha segunda mãe e porto seguro. Seu amor, carinho, cuidado e exemplo de mulher guerreira sempre foram inspiração para mim. Muito obrigada por tudo! Estendo minha gratidão à minha irmã, Waléria Silva, que sempre esteve ao meu lado com atitudes de amor, companheirismo e apoio. Seu carinho foi indispensável em minha vida, tenho por ela um imenso amor e admiração.

Reforço meus agradecimentos a todos os meus familiares e amigos que torceram por minha caminhada e contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste momento tão especial, faço um agradecimento especial a Antônio Paulino, pelo apoio ao longo dessa trajetória. Aos meus companheiros de curso, Jemima, Marcela, Isamara, Kauã, Juliana, Jaísa, Larissa e Francy, agradeço pela convivência, pelas trocas de conhecimento, pelo companheirismo e pelo incentivo durante toda a graduação, tudo se tornou mais leve e significativo.

Por fim, expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Professor Dr. Rubenil da Silva Oliveira, por sua dedicação, paciência, confiança e valiosa orientação. Este Trabalho de Conclusão de Curso, tornou-se um acontecimento possível graças aos seus ensinamentos, à sua competência e ao compromisso. Sua orientação foi essencial para a construção desta pesquisa e para meu crescimento pessoal e futuramente profissional.

RESUMO

Este trabalho analisa a representação da mulher negra em *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus (1960), com foco nas relações entre opressão social, resistência e construção identitária. O estudo objetiva-se na compreensão de sua narrativa autobiográfica, evidenciando as desigualdades raciais, sociais e de gênero presentes na sociedade brasileira, ademais, valoriza a voz da mulher negra periférica como instrumento de denúncia, atuando na transformação social. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, dialoga com autoras como bell hooks (1992), Sueli Carneiro (2003), Lélia Gonzalez (1984), Beatriz Nascimento (2021), Angela Davis (1981) e Grada Kilomba (2019). A análise da obra transcende o relato autobiográfico ao constituir um relevante documento histórico e literário, com potencial para denunciar as estruturas de exclusão, os atos de racismo e sexismo, bem como reafirmar a identidade, a memória e o protagonismo da mulher negra. Os resultados confirmam que a narrativa de Carolina Maria de Jesus promove reflexões estruturais e estimulantes para o reconhecimento literário e resistente de um sistema representativo de mulheres autênticas, expressando, de forma verdadeira, sua história e seus princípios, fortalecendo a conscientização de obras de autoria feminina negra. Conclui-se que a obra de Carolina constitui um importante instrumento de denúncia social e de afirmação da voz feminina negra periférica, configurando-se como um mecanismo fundamental para os estudos sobre literatura negra e contribuindo para a valorização do pensamento crítico acerca da diversidade social contemporânea.

PALAVRAS-CHAVES: Autoria negra; Resistência; Identidade feminina; Literatura negra; Carolina Maria de Jesus.

ABSTRACT

This work analyzes the representation of Black women in *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (*Room of Despair: Diary of a Slum Dweller*), by Carolina Maria de Jesus (1960), focusing on the relationships between social oppression, resistance, and identity construction. The study aims to analyze the social oppressions in *Quarto de Despejo - diário de uma favelada*, by Carolina Maria de Jesus. Furthermore, it values the voice of the Black woman from the periphery as an active instrument of denunciation in social transformation. The research, of a qualitative and bibliographical nature, engages with authors such as bell hooks (1992), Sueli Carneiro (2003), Lélia Gonzalez (1984), Beatriz Nascimento (2021), Angela Davis (1981), and Grada Kilomba (2019). The analysis of the work transcends the autobiographical narrative, constituting a relevant historical and literary document with the potential to denounce structures of exclusion, acts of racism and sexism, as well as reaffirm the identity, memory, and protagonism of Black women. The results confirm that Carolina Maria de Jesus's narrative promotes structural and stimulating reflections for the literary and resilient recognition of a representative system of authentic women, truthfully expressing their history and principles, strengthening awareness of works authored by Black women. It is concluded that Carolina's work constitutes an important instrument of social denunciation and affirmation of the voice of Black women from the periphery, a fundamental mechanism for studies on Black literature, contributing to the appreciation of critical thinking on contemporary social diversity.

KEYWORDS: Black authorship; Resistance; Female identity; Black literature; Carolina Maria de Jesus.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	LITERATURA E RESISTÊNCIA: identidade da mulher negra.....	12
2.1	Opressão social: conceitos e perspectivas literárias.....	15
2.2	Resistência da mulher negra na sociedade contemporânea.....	18
2.3	Literatura: vozes femininas e marginalizadas.....	20
3	CAROLINA MARIA DE JESUS EM SUA AUTOBIOGRAFIA.....	23
3.1	Biografia da autora.....	25
3.2	Quarto de Despejo: trajetória - contexto histórico e social.....	26
3.3	A linguagem e escrita como denúncia e instrumento de resistência.....	30
4	OPRESSÃO SOCIAL E DIREITOS TRABALHISTAS.....	33
4.1	A figura da mulher negra e favelada.....	34
4.2	A condição materna e a luta pela sobrevivência.....	37
4.3	As marcas de opressão e a luta por reconhecimento.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A literatura desempenha, historicamente, uma função construtiva na compreensão do sujeito social. Ela mobiliza a análise da trajetória da mulher na sociedade brasileira, propondo uma investigação sobre a opressão e a resistência feminina. Esse processo colabora para a discussão sobre a descoberta dessas vozes emancipadas, num movimento contínuo de conhecimento e persistência na luta por liberdade, destacando a contribuição da mulher preta, pobre e periférica no contexto social, histórico e ético-cultural, com ênfase nas implementações de políticas nacionais estudadas.

Nesse contexto, a obra escolhida como referência para o estudo foi *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, cuja narrativa apresenta ao pesquisador marcas de resistência da figura feminina na luta pela sobrevivência naquela sociedade. A obra, publicada em 1960, obteve grande repercussão devido à sua escrita e possui significativa relevância literária. Definida como "diário de uma favelada", a autobiografia descreve de modo real o cotidiano da autora na favela do Canindé, em São Paulo, no século XX.

A narrativa de Carolina Maria de Jesus amplia a compreensão das relações entre gênero, raça e classe social, ao expor a experiência concreta da mulher negra e periférica. A obra centraliza esses artefatos como símbolo de refúgio e meio de resistência para a população em questão. Entre as abordagens mobilizadas, destaca-se a literatura periférica contemporânea, cuja produção interfere de modo significativo nos debates sociais e culturais. Trata-se, portanto, de uma contribuição valiosa da narrativa literária marginalizada.

Seu sentido narrativo aborda de maneira específica temáticas relacionadas à submissão e à opressão, evidenciando a condição das mulheres em um contexto histórico marcado por desigualdades e hostilidade social. Seus traços característicos direcionam-se às estruturas da sociedade, revelando as múltiplas formas de exclusão e marginalização. Ao se referir a escrita de Carolina Maria de Jesus, é apresentada uma linguagem que, ao mesmo tempo, é simples e profundamente expressiva, e com a realização da leitura, observam-se marcas de oralidade e grafia não padronizada, sem prejuízo da força expressiva e da compreensão do texto.

No que diz respeito ao objetivo geral, procura-se analisar a opressão e a resistência da mulher negra na obra *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. Ademais, os objetivos específicos fundamentam-se em: identificar o contexto histórico e social das mulheres negras

na obra; investigar a opressão e a resistência na narrativa de Carolina Maria de Jesus; e discutir essas temáticas sob a ótica da mulher negra.

O aporte teórico justifica-se por sua contribuição para as investigações fundamentadas no campo literário. A escolha da obra é pertinente, pois permite uma análise que enriquece o estudo no ambiente acadêmico, proporcionando reflexões sobre identidades, raça, gênero e classe social. Diante disso, o trabalho busca evidenciar o protagonismo da mulher negra na sociedade e sua trajetória de resistência por meio da linguagem e da escrita. Referindo-se ao tema, bell hooks (1992) afirma que a desumanização histórica da mulher negra representou uma das formas mais cruéis de opressão e que a retomada de sua própria imagem constitui uma ação de resistência e liberdade. Dessa maneira, Carolina Maria de Jesus apresenta a história real de uma mulher negra como protagonista de sua própria narrativa.

Nesse sentido, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise e interpretação de obras que retratam sobre a representação da mulher negra na literatura em um estudo de gênero e raça. A metodologia consiste em um processo de levantamento, na seleção analítica e crítica de referenciais teóricos, com o objetivo de compreender como a linguagem e a escrita contribuíram para a construção da identidade, da memória resistente e do protagonismo feminino negro. Um mecanismo de interpretação que, articulam sobre as dimensões sociais, contidas no histórico cultural do objeto de estudo.

Esta monografia organiza-se em três capítulos principais e nove subseções. Inicialmente, a introdução apresenta o tema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a organização do trabalho. No segundo capítulo, parte-se para a discussão sobre “Literatura e Resistência: Identidade da mulher negra”, defendendo a ideia literária sobre apontamentos teóricos e contribuindo com conceitos argumentativos que explicam o poder e a resistência da mulher enquanto sujeito na sociedade. Discorre-se sobre a identidade feminina que luta e busca pela sobrevivência em populações marginalizadas, o que, de certo modo, combate o apagamento de vozes negras silenciadas. A investigação aponta parâmetros fundamentais de teóricos como Sueli Carneiro (2003), que publica sobre a construção da identidade da mulher negra que resiste a situações de desigualdade; Beatriz Nascimento (2021), abordando memória e resistência da mulher negra em locais urbanos; e bell hooks (1992), discursando sobre gêneros e classes sociais.

No que concerne ao terceiro capítulo, com temática: “Carolina Maria de Jesus em sua autobiografia”, apresenta-se a trajetória da autora, evidenciando, a partir de seu contexto histórico e social, o real significado de sobreviver ao “quarto de despejo” e as condições de marginalização estabelecidas por influência de estruturas políticas e governamentais. O

presente capítulo destaca, como a linguagem e a escrita constituem elementos centrais de seu protagonismo narrativo, permitindo denunciar o sistema opressor de sua época e expressar seu ato de resistência por meio da literatura.

Para fundamentar essa análise literária, foram mobilizados autores e obras que aprimoraram a pesquisa e contribuíram para o pleno entendimento das relações entre raça, gênero e desigualdade social. Entre eles, destacam-se Carolina Maria de Jesus (1960), com seu relato autobiográfico; Lélia Gonzalez (1984), cujas reflexões abordam sobre o racismo e o sexismo na cultura brasileira; e Angela Davis (1981), que analisa as opressões históricas e a exploração da mulher negra no momento de dororidade.

O quarto capítulo, intitulado "Opressão social e direitos trabalhistas", traz a representação da mulher preta, favelada, com baixo nível de escolaridade, que precisa manter os custos de sua moradia e preocupa-se com o bem-estar de seus filhos, especialmente com o alimento diário. Na constância da luta para sobreviver em meio ao caos social, o mérito que Carolina almejava era o reconhecimento de sua figura pessoal, mostrando à sociedade que era capaz de conquistar seus objetivos através de seu esforço. Para fortalecer a análise, utiliza-se Grada Kilomba (2019) e sua obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, que aborda as formas coloniais opressoras e as vozes negras silenciadas em discursos estruturais.

2 LITERATURA E RESISTÊNCIA: identidade da mulher negra

A produção literária negra, no Brasil, parte de uma experiência de olhar para si em uma sociedade extremamente preconceituosa. Na era colonial, o contato entre europeus e as populações locais ocorreu em meio a invasões territoriais e apropriação de riquezas. Nesse processo, mulheres negras e indígenas foram submetidas a formas de dominação, escravidão e sexualização. Seu valor era estipulado pela realização de suas ocupações no serviço a qual eram submetidas ao trabalho escravo, não possuíam domínio sobre seu corpo e além da forma cruel de abuso e exploração, eram repreendidas pela "Sinhá", esposas brancas dos homens que faziam as mulheres negras se submeterem ao ato de erotização de sua imagem, a figura feminina negra vítima dessas práticas cruéis era vista como seres reprodutores.

Do século XVIII até meados do século XX, apesar de existirem autores negros, era um movimento de resistência no meio social entre os indivíduos, principalmente, quando se tratava do público feminino. O tráfico transatlântico de pessoas escravizadas foi um mecanismo de subjugação violenta de povos africanos. As mulheres foram trazidas para serem escravizadas, exercendo as mesmas atividades que os homens; trabalhavam em lavouras e em serviços domésticos. Quando o trabalho não agradava os chefes responsáveis por supervisionar aquelas pessoas, ocorria o ato da violência; elas eram constantemente açoitadas e violentadas pelos comandantes. Essas condições nunca foram aceitas de forma pacífica, porém se tornavam necessárias na luta pela vida. Pode-se perguntar por que a experiência da mulher negra permanece marcada por formas mais intensas de exclusão social. A resposta exige considerar a articulação histórica entre racismo, sexismo e desigualdade de classe. A mulher, por muito tempo, foi escravizada nas funções de serviço pesado, não porque tinha genética boa ou um físico estrutural resistente, mas porque assim o racismo predominante o fez.

Quando houve a abolição da escravatura, nenhum grupo político, seja de reparação ou inserção dessas pessoas na economia, pensou nesse movimento. A identidade negra foi uma construção a partir de suas experiências vividas; uma "liberdade" sem oportunidade, onde a resistência é a forma de existência. Trazendo essas marcas para a atualidade, mulheres negras ainda sentem na pele essa desigualdade em relação a muitos serviços, continuam sendo afetadas de forma física, material e psíquica. A classe social baixa, todavia, precisou e precisa conseguir o sustento para seus familiares. Em muitos casos, trabalham e moram com seus patrões, exercem os trabalhos sem descanso, ou direito de frequentar a escola. A realidade é que, a

condição da mulher negra ainda é muito desafiadora; mesmo com o acúmulo de tarefas de longa jornada, o salário continua sendo inferior ao das demais pessoas de corpos brancos.

O movimento literário na contemporaneidade aborda a relação da identidade negra nos resultados de estudos de raça, cultura e gênero dos sujeitos sociais. As produções literárias da mulher preta têm se tornado um ambiente democrático onde são levantadas pautas sobre políticas, insurgências contra estruturas de opressão em ambientes marginalizados e de silenciamento de suas vozes na história. A escrita literária rompe essas ideias estereotipadas; ao ser criada uma literatura de autoria feminina, os relatos descritos possuem efeitos narrativos que têm como objetivo centralizar seu conhecimento, suas experiências, saberes e perspectivas memorialísticas.

A resistência constitui elemento central na formação dessas identidades, pois expressa o protagonismo político e simbólico de sujeitos historicamente marginalizados, constituindo um processo transformador em um espaço acolhedor, que contribui no fortalecimento da luta contra o movimento racista. Desse modo, o posicionamento de autores junto com suas colaborativas obras, fortalecem essas colocações mostrando-nos que:

A cultura negra de resistência que surgiu no contexto do apartheid e da segregação foi um dos poucos lugares que abriu espaço para o tipo de descolonização que torna possível o amor pela negritude. A integração racial, em um contexto social em que os sistemas da supremacia branca estão intactos, solapa os espaços marginais de resistência ao divulgar a premissa de que a igualdade social pode ser obtida sem mudanças de atitude culturais em relação à negritude e às pessoas. (hooks, 1992, p. 10-11).

Ao se referir à cultura dominante de um povo, é fundamental visualizar essa atuação a partir de um processo revolucionário de descolonização do sujeito negro, promovendo o reconhecimento eficaz do indivíduo na história. Existe uma crítica em relação ao modo de integração social; então, a autora traz essa evidência de perseverança contra a luta racista que precisa ser transformada. Apresentando outro posicionamento sobre a referente perspectiva, bell hooks (1995, p. 468), diz:

[...] Dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna domínio intelectual um lugar interdito. Como nossos ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva [...] mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade as negras têm sido consideradas somente corpo sem mente. A

utilização dos corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas.

Em referência a termos culturais, o capitalismo patriarcal surge como uma meritocracia apoiada por pessoas brancas, ocultando o direito das mulheres negras sobre seus próprios pensamentos. Isto parte de marcas históricas, onde os indivíduos de classe alta tentam de alguma forma ter o domínio sobre o corpo negro, realidade que necessita ser transformada por meio da resistência de forma ativa, moldando a perspectiva sobre a qual a mulher negra é tratada no meio social. Além de garantir oportunidade para conseguirem os valores de extrema relevância e aceitabilidade, tornando os cidadãos mais intelectuais e conscientes sobre as situações existentes em nossa nacionalidade, classificando o papel da mulher sobre o lugar que ela pode tomar posse. Por essa razão, o reconhecimento cultural do negro e suas contribuições para a sociedade são formas de resistência no processo de conscientização dos seres humanos:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... [...] fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular [...]. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (Carneiro, 2003, p. 1-2).

A existência da idealização mitológica sobre as características femininas nas literaturas históricas, é atribuída à natureza imaculada, às mulheres frágeis, que não trabalhavam no serviço árduo, aquelas que sempre são “protegidas” por seus maridos, o provedor do lar. Essas precisavam ter uma fisionomia estrutural boa, que não fugissem dos padrões estabelecidos pela

figura masculina, que seriam agradáveis ao olhar do homem; tudo isso desrespeita ao privilégio racial, postas como descrições perfeitas para enaltecer a mulher branca.

Os discursos historicamente disseminados em diferentes espaços sociais evidenciam a exclusão da mulher negra do reconhecimento simbólico e material, que foram sempre prescritas como aquelas pessoas desfavorecidas e pertencentes a classes marginalizadas. Por esse motivo, há uma crítica sobre a qual mulher se atribui as características de fragilidades contidas nos escritos textuais; por outra vertente a realidade é bastante diferente. A condição que existia sobre os corpos negros era de pessoas resistentes que poderiam ser tratadas como objeto de trabalho desumano. Então, a autora faz essas críticas herdada do período escravocrata na história estrutural do país, devido à desvantagem que ocorre no círculo social, são atribuídos tantos cargos às mulheres negras, funções essas que se encontram em desigualdade em relação à realidade do outro indivíduo habitante do mesmo grupo social. Daí surge os apontamentos e questionamentos sobre a qual mulher atribuem-se essas “qualidades” agradáveis, na qual os homens da burguesia atribuía como esses seres sensíveis.

2.1 Opressão social: conceitos e perspectivas literárias

No debate sobre feminismo e raça, o feminismo negro problematiza a insuficiência das leituras universalizantes da experiência feminina. Por sua vez, o feminismo hegemônico caracteriza-se pela fragilidade da figura feminina, por uma percepção de mulheres brancas. Ao analisarmos o contexto histórico desde os tempos passados, a mulher preta não era vista como uma pessoa frágil, sensível ou delicada, diferente da percepção da sociedade para a mulher branca, o olhar era extremamente diferente.

A mulher negra, desde a época da colonização, era comparada a um objeto sexual; ela era obrigada a se pôr à disposição dos homens brancos e até mesmo dos negros para satisfazer seus desejos carnavais. No período escravocrata, os senhores colocavam-nas para serem até amas de leite dos filhos das mulheres brancas e, para isso vendiam os filhos recém-nascidos das negras ou diminuía a quantidade de vezes em que eles eram amamentados a fim de que o leite sobrasse para a alimentação dos meninos brancos.

O “feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.” (Carneiro, 2003, p.2). Compreendemos que o “feminismo” surge com duplo sentido de opressão, tanto por se tratar do sujeito feminino quanto de sua raça, a cor de sua pele; no entanto,

existe essa crítica para combater essas situações que necessitam urgentemente de ampliação do debate, sobretudo, no tocante à dororidade e ao lugar do feminismo negro na universidade e na literatura.

Quando tratamos sobre a pauta de opressão, a autora Patrícia Hill Collins, apresenta-nos o seguinte conceito: “qualquer situação injusta na qual, sistematicamente e por um longo período de tempo, um grupo nega a outro acesso aos recursos da sociedade” (Collins, 2000, p. 4). De posse dessa informação, vê-se que, o sistema de opressão trata de resultados estruturais enraizados no âmbito atual de produções discursivas desfavorecidas no meio político da história. Portanto, torna-se necessário buscar uma maneira de mudar essas atitudes que validam os padrões organizados para que ocorra a implementação de leis e normas que englobem toda a população.

Collins (2019) contribui para a análise afirmando que o sistema opressor pode ser manifestado de simultâneas formas; dessa maneira, mostra-nos a perspectiva interseccional, que ao representar a desigualdade, não se trata de algo naturalmente individual, mas é fruto de relações hierárquicas que deixam de lado grupos marginalizados e privilegiam outros grupos sociais.

Os domínios estrutural e disciplinar do poder operam por meio de políticas sociais que tocam todo o sistema e são gerenciadas sobretudo pela burocracia. Em contraste, o domínio hegemônico do poder visa justificar as práticas exercidas nesses domínios de poder. Ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre as instituições sociais (domínio estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (domínio interpessoal). (Collins, 2019, p. 447-448).

Compreendemos, então, que a reprodução da desigualdade não decorre apenas de relações institucionalizadas, mas também de práticas e crenças reproduzidas nas situações cotidiana, o que transforma e fortalece a manutenção de um sistema de grupos dominantes e dificulta sua contestação. Nesse contexto de opressão e violência, muitas mulheres negras foram vítimas de estupros perpetrados durante o período escravocrata. Produzindo como consequência dessas violações, uma consolidação de uma categoria racial intermediária, historicamente conceituada como “mulatos”, na narrativa presente esse termo trazido de gerações passadas, classificando os descendentes de pessoas negras escravizadas e homens brancos, muitos deles senhores de escravos. Portanto, essa nomenclatura pode ser entendida como uma construção histórica e social do sujeito racial.

No entanto, a violência sistemática exercida sobre o corpo humano da mulher negra, nunca obteve esse reconhecimento de uma contrapartida da constituição histórica de nosso meio

social. Há inúmeras formas de trazer essa visibilidade sobre a mulher negra; uma delas é alcançar esta maneira viável sobre a situação existente, mostrando a história de vida através de uma categorização universal da existência da mulher enquanto sujeito democrático. Partindo para a segunda parte de opressão, será manifestado o desrespeito de uma segregação de movimentos da interseccionalidade de mulheres negras nos espaços subalternos da sociedade.

A mulher racializada é aquela que não possui especialidade de demandas específicas e não tem fonte de poder sobre sua voz; no entanto, vai existir essa delimitação de serem ouvidas pela sociedade. São seres invisíveis no agrupamento de mulheres, eram definidas na questão argumentativa por uma perspectiva adotada por mulheres brancas, atitudes de porte paternalista. Como elas não possuíam a possibilidade de expressar seu próprio eu, foram oprimidas pela branquitude sistemática, onde a população só conhecia as informações sobre o olhar do narrador não protagonista daquela experiência vivida pelo sujeito negro/a, movimento de desigualdade no espaço democrático brasileiro. Tudo isso vinculado na tentativa do embranquecimento dessas pessoas em nossa sociedade, inclusive no tocante à literatura de autoria afrofeminina, como visto no fragmento seguinte:

Sendo as mulheres negras invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos de segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala e um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escrevivência das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra. (Evaristo, 2005, p. 205).

Diante da afirmação da autora, a linguagem presente reforça de maneira detalhada a mulher negra na literatura que parte de ideias estereotipadas e desiguais; a escrita de histórias negras, vem sendo reveladas a partir de discussões e posicionamentos da pessoa branca, que surge como um direito negado ao lugar de fala do outro indivíduo. Por outro lado, quando o personagem protagonista, conta-nos essas narrativas, compreendemos o poder que eles têm sobre o contexto sentido, uma experiência que nasce do modo de vida relatado por cada sujeito negro, desvendando as marcas opressivas que eles enfrentaram, sejam elas de classe, gênero e raça.

Nesta perspectiva, aparece como simbologia de resistência de cada campo de estudo decolonial, mulheres negras ocupando seus devidos lugares e espaços na literatura. Isso permitiu que os poderes políticos que governam e assumem os cargos majoritários olhem para

essas mulheres fortes e corajosas, que passaram do estado de se sentirem oprimidas pelo público e, não de modo generalizado, mas boa parte conseguiu ocupar posições para as quais possuem mérito para exercer sua cidadania.

2.2 Resistência da mulher negra na sociedade contemporânea

A resistência pode ser compreendida como prática histórica, política e simbólica de enfrentamento das estruturas de opressão, tratando sobre o quesito de desigualdade, seu efeito impactava diretamente o instinto de sobrevivência em meio a marginalização do negro, principalmente mulheres que são colocadas como o gênero inferior na pirâmide estabelecida pelo sistema humano burocrático. A constância da mulher no processo de evolução em meio aos percursos industriais, mostra-nos essa força de vontade para conquistar um mundo melhor, onde consigam ser valorizadas por meio da essência transformadora de todas as mulheres que foram e ainda são excluídas do meio social.

Habitamos em um país que precisa de mudanças acerca de posicionamentos políticos na sociedade da cena atual, inclusive enfrentar o racismo passa a ser questão de sobrevivência, principalmente, ao falar sobre corpos negros, fato entrelaçado a condição da humanidade, gênero e etnia. O potencial intelectual do sujeito negro é questionado por não ser considerado eficiente para as ocupações sociais; sempre existiu esse fato de causar dúvidas sobre a capacidade do “eu” protagonista de minha própria história, de ocupar espaços de lideranças e poder aquisitivo. As condições sociais discriminam as mulheres e suas múltiplas posições que elas podem ocupar, tudo isso envolvendo seus traços históricos herdados de uma determinada geração hierárquica. “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como, fundamento, e se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para os indivíduos, a depender do grupo racial ao que pertençam.” (Almeida, 2019, p. 32). A partir disto, entendemos que o racismo como um fenômeno sistemático, tende a estruturar a sociedade e organizar as distribuições de poder e recursos econômicos.

A coletividade contemporânea é aquela que decide quem tem os direitos justos, atuam com posição de determinar se o indivíduo continua vivendo ou morre com antecedência. Ao final, o índice de mortalidade, que se apresenta desfavorável com um nível elevado em relação a sua porcentagem, é de pessoas que foram injustiçadas: um quadro apresentado por mulheres e homens negros. No entanto, entendemos que a luta pela sobrevivência não tem sido fácil para os cidadãos, porém necessária por questões de resistência.

As bases estruturais da distribuição de renda, associadas à garantia dos direitos trabalhistas e às políticas de caráter econômico e social, avançaram na contribuição de direitos relevantes e fundamentais para consolidar ações cooperativas na condição de vida mais justa. Diante desse cenário, essas políticas procuram reduzir as desigualdades sociais e enfrentar a vulnerabilidade que afetam um numeroso grupo da população. Segundo a análise de Sueli Carneiro (2005), a abolição da escravidão no Brasil não foi acompanhada da implementação de políticas públicas capazes de assegurar o indivíduo no processo de inclusão social e democrática da população negra. Aspectos que geraram consequências na história da humanidade, por esse motivo a população permaneceu sem acesso a direitos fundamentais, como por exemplo, terras, educação e trabalho que não desvalorizasse sua dignidade. Essa ausência de oportunidade contribuiu para a marginalização tanto social quanto econômica da comunidade negra brasileira, uma esfera de consolidação de uma nova era de exclusão e desigualdade estrutural.

A análise sobre o estudo investigado de resistência, é um resgate do histórico passado de nossas matrizes culturais. As estratégias de rompimento à opressão, parte do simbólico de resistência de um determinado povo. A linguagem utilizada e práticas formais vivenciadas pela população, vêm preservando os saberes deixados por nossos ancestrais que, tiveram um passado duro no período abolicionista. Durante a escravidão e todo seu percurso de tortura; com pouca diferença no período pós-abolicionista, sem estrutura a recorrer, a população negra abrigou-se em espaços suburbanos, áreas marginalizadas, sem acesso a moradia e outras instabilidades financeiras a quem recorresse.

Com isso, os negros ficaram excluídos de recursos governamentais que é um direito de todos, como por exemplo, uma educação acessível e de qualidade, exercendo funções trabalhistas dignas e privilégios da cidadania. Na atualidade, ainda é perceptível esse desfoque estrutural; contudo, já existem movimentos liderados por pessoas negras, que buscam desempenhar um papel essencial na denúncia por essas situações injustas, aspecto fundamental no processo de construção de um pensamento consciente acerca de uma sociedade brasileira digna.

A experiência histórica da população negra no Brasil não pode ser reduzida à escravidão, pois ela é também uma história de resistência, de luta e de construção de estratégias de sobrevivência. Quilombos, irmandades, práticas culturais e formas de organização coletiva revelam a agência de sujeitos que, mesmo sob opressão, criaram caminhos próprios de existência. (Nascimento, 2021, p. 118).

Em sua obra, *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos* (2021), Beatriz Nascimento propõe uma leitura crítica da história brasileira ao

destacar a memória negra, os quilombos e as estratégias coletivas de resistência. A escritora evidencia o protagonismo da população negra na construção do sujeito na sociedade brasileira, mais de seu discurso literário destaca a relevância por trás de cada voz negra, existe a construção de conhecimento de narrativas históricas, uma coletânea de acontecimentos que necessitam ter o devido reconhecimento na história da nacionalidade. Valorizando suas experiências, cada etapa de conquistas e saberes nativos que, foram silenciados. Defendendo ainda, a memória como instrumento de resistência reafirmando a importância do reconhecimento dessa trajetória para a compreensão da história e da identidade cultural e nacional.

2.3 Literatura: vozes femininas e marginalizadas

A história da literatura brasileira provoca um estranhamento ao repercutir sobre a mulher negra com posicionamento consciente do imaginário pessoal de muitos cidadãos. O envolvimento literário está relacionado ao comodismo de olhar a imagem feminina e vê-la apenas como boa na execução de trabalhos nas lavouras, em espaços urbanizados ou territórios campestres, deixando-a sua competência no ato do esquecimento para fazer lembrar. Tomando parte da utilização discursiva de modo mais direto, existe a precisão de exibir essas falas que, desde o passado, têm sido silenciadas.

A luta para acabar com a dominação, a luta individual para se opor a colonização, deslocar-se de objeto para sujeito, expressa-se no esforço de estabelecer uma voz libertadora – aquela maneira de falar que não é mais determinada por sua posição como objeto, como ser oprimido, mas caracterizada pela oposição, pela resistência. Ela demanda que paradigmas mudem – que aprendamos a falar e também a escutar, para ouvir de uma nova maneira. (hooks, 2019, p. 50).

No decorrer histórico, as estruturas sociais como racismo e a questão de seu gênero sexual, silenciaram vozes femininas, não apenas como forma de comunicação, mas toma parte de um ato político; portanto, quando a autora traz essa posição social, compreende-se essa barreira que foi vencida ao longo de uma geração, transformando identidades construtivas capazes de fortalecer essas configurações narrativas.

Partindo para a narrativa histórica de autores negros, tratam-se, portanto, de textos literários bem articulados, utilizados para informar o mundo educacional acerca da importância do negro/a como centro de suas publicações, representando sobre a rotina de sua existência. São produções descritas por meio de suas obras com finalidade de desconstruir visões estigmatizadas, aquela descrita pelo sujeito branco na tentativa do apagamento histórico de

identidade do cidadão negro, a autora traz essa leitura diferente da versão que é contada pelo outro (indivíduo).

De modo geral, dá lugar a essas vozes que foram invisibilizadas e silenciadas, que deveriam ser contadas pela pessoa preta, reivindicando uma postura que passou a ser comum dentro da sociedade, sua perspectiva sobre outro olhar. Existem muitos relatos de pessoas/autores negros que, não tiveram oportunidades de publicar seus textos literários, sejam eles em editoras ou revistas; não conseguiram apresentar seus materiais à sociedade, isso de certa maneira privatizou a percepção de oportunizar as falas negras e suas histórias a serem conhecidas pela população, como lido em:

Minha história foi reduzida a uma narrativa concorrente, percebida como uma tentativa de desviar a atenção do “verdadeiro” relato da experiência da mulher negra. Nesse encontro, a identidade da mulher negra foi tratada várias e várias vezes como um sinônimo de “vitimização”. A voz da mulher negra que era considerada “autêntica” era a voz da dor; somente o som da mágoa poderia ser ouvido. Nenhuma narrativa de resistência era compartilhada e respeitada neste espaço. Fui embora me perguntando por que essas mulheres negras apenas se sentiam ligadas umas às outras quando nossas narrativas ecoavam, somente quando contávamos a mesma história de dor compartilhada e vitimização. Por que era impossível falar de uma identidade elaborada a partir de um lugar diferente? (hooks, 2019, p. 50).

Essa busca por oportunidade no âmbito narrativo recorre à quebra de estereótipos predominantes, refletem acerca do limite imposto à mulher negra. Não se trata de falas de pessoas que querem se vitimizar, mas de suas próprias histórias, relatando sobre sua memória e identidade, acerca de sua verdadeira essência que não é vista como homogênea ou desprovida de autenticidade. O problema estava na posição ocupada por essas mulheres negras de terem essa trajetória negada e a resposta da pergunta final está relacionada à relevância de reconhecer a figura feminina negra como aquela que possui capacidade para destrinchar diversos assuntos de modo formal nas áreas sociais.

Acredito que, nessa década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se constituíram como 'comunidade de destinos'. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. (Carneiro, 2011, p. 5).

Diante desta perspectiva, as mulheres de corpos negros, começaram a possuir seu “autorreconhecimento” como participantes ativas de movimentos políticos, estando à frente de suas próprias lutas e conquistas. Com o reconhecimento de suas vozes, obtiveram espaços nas relações coletivas de suas ações, ilustrando o outro lado da história que por um determinado

tempo não foi contado, na tentativa de fazer com que as pessoas deixem de lado esse ar de superioridade, que possuem sobre a identidade negra, fortalecendo assim, os direitos justos e igualitários.

Na pesquisa discursiva e literária, as vozes marginalizadas aparecem representadas por autores que, relatam suas experiências que foram marcadas pela exclusão social e racial. Carolina Maria de Jesus, com sua obra, *Quarto de despejo*, diário de uma favelada, apresenta seu discurso cotidiano na favela de Canindé, em São Paulo, enfatizando sobre a pobreza extrema, a fome e o estado precário em que os favelados se encontravam. Permite ao público, conhecer também a situação crítica ao se referir às condições trabalhistas e sobrevivência em áreas marginalizadas. Sua experiência e resistência surgiram cuja escrita inicial eram transcritos em papéis recicláveis, antes de alcançar o reconhecimento por seu público leitor e investigador.

Para complementar sobre essas vozes femininas marginalizadas, é importante destacar sobre a perspectiva de Maria Firmina dos Reis, mulher forte e primeira romancista negra na historicidade do Brasil, no ano de (1859), publicou a obra *Úrsula*. Em seu livro, a pioneira apresenta uma crítica categórica à escravidão sob a relativa perspectiva dos sujeitos oprimidos quando cativos escravizados, assunto extremamente revolucionário para o período. Contamos também com a contribuição de Mariana Gonçalves da Luz, no movimento contemporâneo que nasce como representante de uma produção literária transpassada pela vivência periférica, por questões de oralidade e pela denúncia de posicionamentos de desigualdades sociais. De modo semelhante, Maria da Conceição Evaristo de Brito, consolida, mediante ao conceito de "escrevivência", uma literatura que surge da experiência vivida e de uma memória coletiva, estruturando ancestralidade, momentos de dor, delicadeza e acima de tudo resistência. Finalizando, temos Cristiane Sobral Correa Jesus, que foi: escritora, atuando também como atriz e pesquisadora, que intensifica a importância da arte como mecanismo político, fortalecendo essas vozes silenciadas do sistema brasileiro.

3 CAROLINA MARIA DE JESUS EM SUA AUTOBIOGRAFIA

Inicialmente, esta seção apresenta aspectos centrais da trajetória de Carolina Maria de Jesus, catadora de papéis recicláveis, mulher poetisa, trabalhadora, atuante no serviço de labores agrícolas, empregada doméstica e compositora, considerada uma das primeiras escritoras negras na literatura de nosso país, Brasil. Morava na favela do Canindé, uma das primeiras periferias urbanizadas de São Paulo, em uma construção improvisada de extrema precariedade e com apenas dois anos de estudos formais, foi uma escritora de grandes prestígios de produções literárias autobiográficas, como, por exemplo, *Quarto de Despejo*, diário de uma favelada, obra que é objeto de análise nesta pesquisa.

O objetivo da obra era registrar o cotidiano na favela e denunciar as situações de fome, pobreza e violência vividas por seus moradores, seus fragmentos escritos, tratavam principalmente da fome que, os moradores daquela área de vulnerabilidade social e econômica enfrentavam. Carolina Maria de Jesus afirma que: “... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.” (Jesus, 1960, p.25). Compreendemos, então, que a história da autora apresenta-nos princípios acerca de que, somente por meio do trabalho duro e árduo era possível obter mantimentos; dito de outra forma, as pessoas precisariam recorrer a esses elementos para prover o sustento de seus familiares nas suas respectivas moradias.

Convém acrescentar que sua vizinhança a desprezava por considerar a escrita uma perda de tempo e por uma mulher negra estar escrevendo sobre toda a situação daquele ambiente hostil e degradante; tudo o que Carolina fazia durante sua trajetória, era feito pensando em uma mudança de vida e em suas falas literárias dizia que só queria “sair da favela”, juntamente com seus filhos, onde ambos sofriam com as agressões e hostilidades das vizinhas, porém, seria difícil. No discurso em análise (Jesus, 1960, p. 24), complementa sua narrativa expressando que não tinha tempo de sair de casa, pois: “É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno e sair da favela.”. Deixando evidente que seu diário era seu meio de refúgio, depois do bem-estar das crianças.

Por conseguinte, Carolina escrevia assuntos referentes aos políticos da época, apresentando a grande dificuldade de sair da zona marginalizada. Um elemento bastante relevante em sua trajetória foi sua descoberta por um jornalista que realizava uma reportagem de uma matéria na localidade onde ela residia. A partir do momento que ambos se comunicaram e ela apresentou seus cadernos ao jornalista, sua reação foi de extrema surpresa. Diante desse

cenário, ele tornou-se responsável pela publicação de seu famoso livro, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*.

No cenário da década de 1940, Carolina almejava em tornar-se escritora, decide então direcionasse até uma redação da rede de jornal Folha da Manhã com o poema que se dispôs a escrever em celebração aos servidores políticos da época, em 24 de fevereiro. Em seguida, obteve sua imagem e seu poema expostos publicamente no jornal “O defensor”. Sua relutância/constância era admirável, pois levava frequentemente seus manuscritos para serem apresentados a outras pessoas de seu meio social. Mediante sua perseverança ganhou até um apelido de porte preconceituoso: “a poetisa negra”, contudo, nada a impedia de escrever, seu interesse em relatar os acontecimentos tornava-se cada vez mais digno de admiração pelo público leitor. Ao longo de sua trajetória, a autora saía constantemente em buscar de formas de sustento para si e para seus três filhos.

No contexto social do ano de 1958, um repórter de um jornal conhecido como “Folha da Noite”, o senhor “Audálio Dantas”, foi um homem designado para realizar uma entrevista/reportagem sobre a favela do Canindé. Por coincidência como mencionado no contexto inicial, um dos barracos que ele visitou foi o de Carolina Maria de Jesus. Ela encontrava-se em conflito com a vizinhança e afirmou colocá-los em seu livro, interessado pela situação, o jornalista conversou com ela e, em seguida, Carolina apresentou-lhe seu diário, onde o mesmo cativou-se por seus registros textuais e pessoais.

Impressionado com a história de Carolina, o repórter decidiu divulgar parte de seus escritos em um veículo de imprensa, o que lhe proporcionou grande visibilidade. Em 1960, foi publicado seu livro autobiográfico, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a obra contou com edições realizada pelo jornalista: “Audálio Dantas”. Todavia, obteve de início (10 mil exemplares). Na ocasião, foram vendidos 600 exemplares da obra, fato que evidenciou sua expressiva recepção inicial.

Sua produção literária obteve êxito, alcançando ampla repercussão nacional e também internacional, que foi traduzido para diversos idiomas e consolidando Carolina Maria de Jesus como uma grande escritora brasileira, reconhecida em países, ou seja, uma autora que teve seus escritos lidos por pessoas no exterior. Ao longo de sua carreira profissional, foi homenageada por instituições culturais e literárias.

Em mais um recorte analítico de sua obra, a autora traz a seguinte frase: “(...) A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (Jesus, 1960, p. 144). No entanto, Carolina elucida

essas circunstâncias comparativas, apresentando ao seu público uma maneira detalhada e real do contexto histórico, que somente pode ser vivenciado e narrado por quem, de fato, viveu e vive cada momento essa realidade.

3.1 Biografia da autora

A princípio, Carolina Maria de Jesus, nasceu na cidade de Sacramento, em Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914. Descendente de familiares escravizados, era filha de uma mulher analfabeta e lavadeira, cresceu ao lado dos irmãos em um contexto histórico marcado pela pobreza extrema, dificuldades econômicas e exclusão social. Durante a infância enfrentou situações precárias: era maltratada, sofria com a fome e por mais isso tenha lhe afetado, lutava diariamente, buscando resistir a realidade difícil e cruel em que se encontrava, estudou por pouco tempo, mas isso não o impediu de desenvolver seu interesse pela escrita e pela leitura, viés fundamental, que tornou-se um elemento central de sua trajetória como escritora.

No ano de 1937, sua mãe veio a falecer e ela mudou seu trajeto embarcando para a Metrópole de São Paulo, tornando-se migrante da cidade. Entretanto, Carolina Maria de Jesus, construiu sua própria instabilidade de moradia com materiais precários, sua casa era composta de recursos frágeis, talvez o material mais resistente seria a madeira/tábuas, os demais eram latas, papelão e outras ferramentas que estivessem ao seu alcance.

Em sua narrativa de caráter autobiográfico, o contexto histórico elucida que, no período de (1947), Carolina Maria de Jesus aos seus 33 anos de idade, sem vínculo empregatício e grávida, instalou-se na favela do Canindé, localizada na Zona Norte de São Paulo. Nessa região, viveu grande parte de sua vida, vale ressaltar que esse foi o pontapé inicial do surgimento das favelas nas grandes cidades. Ao chegar na região urbana, conseguiu um emprego na residência de um Sr. Chamado: “Euryclides Zerbini”, (um médico cardiologista percussor de recursos cirúrgicos brasileiros). Este senhor permitia que Carolina lesse seus livros de sua dispensa bibliotecária em seus dias de folga do serviço. Prosseguindo com sua história, a autora vivenciou a maternidade como mãe solo. Com o nascimento de seu primeiro filho, João José de Jesus, obteve a lamentavelmente perda de seu emprego. Diante dessa situação, retornou a sua rotina de catadora de papel para garantir o sustento da família, posteriormente, nasceram seus outros dois filhos: José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus.

A escritora destaca em sua estrutura historiográfica, que:

... Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool. Se você achar que estou agindo acertadamente, peço-te para dizer: - Muito bem, Carolina! (Jesus, 1960, p. 62).

Diante de todas as dificuldades, Carolina Maria de Jesus mostrava-se resistente diante das adversidades de sua vida cotidiana, expressava, ainda, seus pensamentos e posicionamentos através de sua escrita em seu diário, a escritora era apaixonada por leitura, e isso só era possível graças aos diversos materiais que encontrava por meio de seu “trabalho”, quando saía às ruas para recolher papéis, cadernos, revistas e até mesmo folhas de jornais. A autora literária foi, portanto, uma mulher batalhadora em múltiplos sentidos, nos intervalos de seu labor, mesmo diante da exaustão física, sempre encontrava espaço para escrever suas histórias, isto é, os acontecimentos da favela. Ao longo dos anos, principalmente na década de 1960, seu desejo foi concretizado: esses registros tornaram-se em seu renomado “Diário”, culminando na publicação de seu livro. Sua constância levou à perseverança, e suas práticas diárias eram baseadas nos registros dos acontecimentos vivenciados sobre aquela comunidade marginalizada.

3.2 Quarto de Despejo: Trajetória - Contexto Histórico e Social

Historicamente, a estrutura social da obra consiste em apresentar fatos relativos à trajetória da autora em seu ilustre diário, portanto, toma-se conhecimento de uma produção de gênero autobiográfico, narrada pela própria personagem. A obra pertence à uma literatura contemporânea por tratar-se de temas relacionados à atualidade, Carolina Maria de Jesus, mostra a seu público leitor uma realidade de extrema dificuldade; um dos quesitos fundamentais que foram denunciadas foi, a crítica relativa à questão de pobreza e da miséria enfrentada pela sociedade no espaço geográfico de Canindé.

Destaca-se, como característica da narrativa, uma visão relativamente interna, ao retratar a mulher negra que estabeleceu essa quebra de estereótipos, referindo-se a um tratamento social como: “mulher de cor”, mãe solo, moradora de uma favela no centro urbano e catadora de papel. Contudo, seu principal fator em destaque consistia em ser uma escritora até então desconhecida, por trás daquela figura feminina resistente e batalhadora que residia às margens de uma área marginalizada. A escrita de Carolina articula oralidade, invenção vocabular e forte expressividade, convertendo a experiência cotidiana em denúncia social.

Ao analisar as evidências contextuais, outro fator amplamente relevante é a denúncia da violência na favela (Jesus, 1960, p. 43-44), argumenta: “Eu penso que a violência não resolve nada. (...) Assembléia de favelados é com paus, facas, pedradas e violências. ...A favela é o quarto das surpresas.”. Todavia, torna-se evidente, que na história existe as desavenças conjugais e ações que envolvem a sexualidade dos moradores, condutas que eram praticadas em espaços públicos, relações formadas por grupos de pessoas que não se preocupavam com a presença dos outros indivíduos, principalmente de crianças no mesmo ambiente.

Diante de todo esse cenário da miséria e da situação extrema da fome, Carolina Maria de Jesus prezava muito por questões educacionais, sobretudo, em saber se posicionar sobre assuntos políticos. Ela diz: “... De quatro em quatro ano muda-se os políticos e não soluciona a fome, quem tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários.” (Jesus, 1960, p. 34). Tornasse notório que, mesmo com a troca de políticos governantes, a população segue na mesma linha de angústia e desprezo, trata-se de uma situação sempre descrita pela visão do outro que não vivenciou aquele temido sistema de opressão, ou seja, pessoas pertencentes à padrão mais elevado contribuem, de certa forma, para a exclusão dos favelados, deixando-os à margem dos direitos trabalhistas, democráticos e justos.

A autora chega a dirigir críticas aos líderes governamentais de sua época, demonstrando o caráter político e social de sua escrita. Ao afirmar que “... Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido...”. (Jesus, 1960, p. 33). No entanto, Carolina Maria de Jesus demonstra a essência acerca de um posicionamento de denúncias diante das desigualdades e da opressão vivida pela população, transmitindo uma compreensão de sua produção literária que, ultrapassa o sistema de neutralidade e assume um posicionamento crítico em relação às autoridades políticas de seu tempo, enfrentando, inclusive, os riscos decorrentes da exposição e da denúncia dessas autoridades:

Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer... Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que eu posso esperar do futuro? Um leito em campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos. (Jesus, 1960, p. 28).

O relato de pobreza apresenta-nos a escassez, em nível extremo, do direito do cidadão de escolher a forma de vivenciar os atos desiguais, que causam indignação, por serem deixados de lado perante a sociedade, a fome provoca mudanças de humor e afeta tanto a superfície física quanto o emocional, muitos encontram-se na triste situação de desprezo, opressão e miséria, isto tem contribuído, ao longo da história, para a revolta das pessoas em relação aos

posicionamentos e direcionamentos políticos. Carolina Maria de Jesus complementa essa reflexão por meio de sua memória discursiva, trazendo:

Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor e a aflição dos pobres. Se a maioria se revoltasse, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. (Jesus, 1960, p.33-34).

Por muito tempo, permeia a república esta questão de o indivíduo que possui uma melhor condição financeira, governar o país. Durante as campanhas, os candidatos trazem consigo propostas de revolucionar os estados, as capitais e as cidades, garantindo melhorias; porém, quando conseguem alcançar este cargo de liderança caem no ápice do “esquecimento”, priorizando outros investimentos econômicos, não contribuem para melhorar a situação do próximo, a população pobre fica à mercê de recursos monetários de classes mais favorecidas, por esse motivo a autora traz essa fala de que se as pessoas se unirem e lutarem por seus direitos, poderia ser diferente, seriam ouvidas e deixariam os elementos em evidência para todos. A escritora prossegue seu discurso, discorrendo:

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xicaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (Jesus, 1960, p. 27).

A posição dos candidatos eleitorais tornam-se um monumento de mudança a partir de sua conquista e poder aquisitivo, aquele gesto de humildade deixa de existir, e o que era admirável converte-se a um pensamento de se aproveitar da situação em que as pessoas se encontram nas favelas. O comportamento de muitos grupos políticos consiste em episódios gerados por conveniência, a empatia é deixada de lado, e as pessoas carentes suportam o processo até o momento de sua partida, em muitos casos, depois de anos, esse apoio social até pode existir, mas é colocado como uma opção de baixa prioridade na lista de benefícios estruturais de um espaço comunitário.

Carolina Maria de Jesus tinha consigo um potencial espetacular e uma audácia impressionante, em seus argumentos linguísticos, afirmava que iria “escrever sobre as pessoas em seu diário”, e realmente escrevia. Depois do sucesso da publicação de seu livro, a escritora chegou até a ser alvo de críticas, perante a sociedade em discursão, por alguns indivíduos habitantes de sua vizinhança. Mesmo assim, não desistiu de continuar escrevendo. A autora teve a oportunidade de exibir o talento armazenado em suas experiências vividas, fomentando

para essa visibilidade feminina e com a publicação de sua excelente obra para o mundo literário, tornou-se um elemento fundamental, transmitindo uma essência surpreendente que foi, gradativamente, essencial para externar sua escrita na sociedade.

O grande desvendamento do título desta pesquisa, isto é, a metáfora presente em Quarto de Despejo, refere-se à como Carolina Maria de Jesus representava a favela como um espaço marginalizado em relação à cidade formal. (Jesus, 1960, p. 27), reafirma: “...Eu classifico São Paulo assim: o Palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”. Neste contexto, entendemos que essa comparação representa um ato de denúncia social que, de certa maneira, compacta para evidenciar esse sistema de desprezo e opressão que faz essa distinção de classe na sociedade. Carolina, conta-nos a respeito de seu trajeto diário:

(...) As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (Jesus, 1960, p.31).

A condição humana pode variar de acordo com o tratamento destinado a cada cidadão, as situações são injustas, e a desigualdade continua existindo, percebemos isso através dos símbolos característicos descritos no contexto de cada local, esses fatos revelam muito sobre o tratamento condicional que é estabelecido para a população. Entendemos, então, a classificação destes privilégios por níveis sociais. A personagem histórica da narrativa, diz:

Nós somos pobres, vivemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares dos lixos e dos marginais. Gente da favela são considerados marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (Jesus, 1960, p.46).

A partir desta perspectiva, compreendemos que o cenário presente é desumano, no qual a autora traz uma crítica a ser exposta à sociedade, uma área marginalizada e sem recursos, sejam eles financeiros ou um tratamento de dignidade destinado aos sujeitos. No entanto, ocorre essa privatização dos direitos democráticos e de oportunidades trabalhistas de cada ser humano.

Carolina Maria de Jesus, após uma intensa luta por sobrevivência, encerrou sua história no dia 13 de fevereiro de 1977, deixando como legado sua escrita literária nas obras publicadas.

3.3 A linguagem e escrita como denúncia e instrumento de resistência

A linguagem constitui um importante instrumento de denúncia e resistência, permite que os indivíduos e grupos expressem experiências, questionem desigualdades e reivindiquem seus direitos. Portanto, compreendemos que, desde a infância, a linguagem é construída por meio de relações sociais e referências culturais, herdadas de gerações passadas, influenciando a forma como os sujeitos compreendem e possivelmente interpretem a realidade. No contexto da escrita, esse processo ganha maior alcance, tornando-se um meio de registrar memórias, denunciando as injustiças e promovendo visibilidade a vozes historicamente silenciadas. Nesse sentido, a linguagem, em suas diversas formas de expressão, quando contextualizada, e sua função comunicativa assumem um papel fundamental na construção do pensamento do sujeito crítico na resistência aos momentos de desigualdade social.

A escrita tornou-se símbolo de resistência, ao possibilitar uma manifestação linguística em constância a difusão do conhecimento coletivo transmitido aos sujeitos que, foram marginalizados. Na abordagem desses elementos, observam-se argumentos consistentes e efetivos em ambientes democráticos, que é apresentado pela autora da obra em discussão. Ao se referir sobre a escritora: Carolina Maria de Jesus, entendemos a necessidade de olhar acerca da experiência dos indivíduos pobres e suas relativas negligências e opressões que foram vivenciadas durante o período de marginalização.

Seus registros foram essenciais, pois, foi um eixo muito importante para dar visibilidade ao espaço social desprezado que é a favela, onde grande parte da população é composta por pessoas negras/as, e para acrescentar acompanhando essa mesma linha de raciocínio, recorreremos às fundamentais contribuições de Lélia Gonzalez, que prescreve acerca do preconceito humano, onde diz: “Nós negros estamos na lata do lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, caberia uma indignação via psicanálise. (...) Porque o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes nós o sabemos) domesticar?”. (Gonzalez, 1984, p. 225). Essa reflexão evidencia as relações de poder e dominação na vida dos seres humanos, atribui-se a uma crítica a respeito de governantes e comandantes ativos de direitos sociais, pois, é um suporte fundamental o que a autora traz, esse ponto de a necessidade conseguir afetar o psicológico das pessoas com o desgosto que a vida pode acarretar, são monumentos que, perpassam deixando as pessoas no ato de inferioridade dos direitos existentes no sistema estrutural. Prossegue explicando, por meio de seu discurso, que:

Ele [o Brasil] é uma América Latina cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” do IBGE) são ladinoamefricanos. (Gonzalez, 1988, p. 69).

Partindo para a análise desta ideia, torna-se evidente a compreensão acerca dos argumentos de que o Brasil é um país marcado por tradições funcionais históricas, cujo início de sua formação narrativa foi demarcado pelo processo de colonização, fato que contribuiu para a desvalorização cultural de muitos grupos de pessoas transportadas de uma região para outra. No entanto, configura-se o entendimento social que, os indivíduos lutavam pela própria sobrevivência, resistindo em meio ao caos predominante de seu contexto histórico. Esse argumento mostra-se eficaz, pois, traz esse desvendamento de identidades de cidadãos que habitam nos espaços brasileiros. Além disso, torna-se perceptível a troca de letras entre as palavras existentes na gramática da nossa região e, a partir desses acontecimentos, consolidou-se o preconceito linguístico em muitos territórios nacionais, em razão da forma como os sujeitos expressam sua fala, tanto na mobilidade oral quanto na escrita. Dando continuidade, afirma-se:

É engraçado como eles gozam quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar de l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, que condessa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (Gonzalez, 1984, p. 238).

Existe uma ligação muito forte que mantém uma conexão associada do “racismo ao preconceito”, essa troca de elementos gráficos, foi herdada de povos originários da região africana, conforme foi citado pela autora, o questionamento que ela traz por meio de sua escrita é uma comparação onde expressa: a que grupo realmente estaria sendo atribuído esse termo de “ignorante”, pois, aborda sobre as abreviações nos discursos das pessoas de nacionalidade brasileira. Desse modo, ela denomina essas concepções como narrativas históricas dominantes, marcadas por pensamentos racistas que desvalorizam as línguas de origem africana e ignoram a precisa importância dos aspectos culturais de determinados grupos sociais.

No livro *Mulheres, raça e classe* (1981), de Angela Davis, a autora exterioriza esse conjunto de reflexões ao argumentar que: “A declaração de Beecher revela o profundo vínculo ideológico entre racismo, viés de classe e supremacia masculina, uma vez que as mulheres brancas que ele enaltece são descritas na linguagem dos estereótipos sexistas dominantes.” (Davis, 1981, p. 85). O movimento que articula esse padrão foi baseado em junções de

desvalorização da raça humana, afetando principalmente as mulheres negras e excluídas da sociedade sobre um mecanismo “machista” do sistema social, esses traços estão baseados em uma posição de limitar a figura feminina preta dos direitos equitativos justos no Brasil, evidenciando a necessidade de mudanças e transformação, para poder alcançar o lugar que é ocupado na atualidade por elas.

Discorre, ainda, sob a perspectiva de que:

Como a abolição da escravatura era a necessidade política mais premente da época, elas incitavam as mulheres a se juntar à luta a partir da premissa de que sua própria opressão era sustentada e perpetuada pela continuidade do sistema escravagista. (Davis, 1981, p. 59).

A maneira de resistir as opressões abrangia o período escravocrata em relação à funcionalidade das mulheres negras, que lutando contra uma tripla injustiça relacionada às classes consideradas de raças inferiores diante da supremacia “dominante”. Isto, infelizmente, referia-se a essa realidade que necessitava de mudanças sistemáticas, pois, o (sistema) voltou-se a ajudar o opressor, causando parcialidade na atenção que precisaria ser voltada ao sujeito oprimido. Provocando uma discriminação na indústria dos direitos humanitários.

4 OPRESSÃO SOCIAL E DIREITOS TRABALHISTAS

A relação entre opressão e direitos trabalhistas expressam as desigualdades narrativas históricas construídas na sociedade brasileira, essas desvalorizações afetaram de modo intensificado a população negra, especialmente o público feminino. Desde o período escravocrata, as mulheres foram obrigadas a enfrentarem à exploração do trabalho, a exclusão social e a negação de direitos. Conforme analisa Lélia Gonzalez, as relações de raça, gênero e classes fortalecem diferentes formas de desigualdade social no Brasil, deixando evidente que a experiência da mulher negra foi, durante um longo período, marcada por processos históricos de marginalização e resistência. Neste capítulo, conheceremos esse trajeto das condições trabalhistas, direitos influenciados e conquistados pela comunidade, sobretudo a trajetória das mulheres negras.

[...] denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações capitalistas e multirraciais contemporâneas, sendo, em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de divisão social (Gonzalez, 2018, p. 98).

O mecanismo predominante parte de uma estrutura social apenas aparentemente democrática, que reforça lugares hierárquicos e intensifica a desigualdade social. Por muito tempo, a ausência de uma equidade trabalhista acarretou, na consciência das pessoas, situações de vivências marginalizadas, contribuindo para uma vida sem acesso aos direitos básicos e roteirizando ocasiões desumanas perante a comunidade social. A necessidade de trabalhos formais fortaleceu o nível de pobreza extrema. Observamos um desses relatos na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, na qual a própria autora exercia trabalhos domésticos somente quando estava sem filhos e podia, no entanto, dedicar-se por completo aos serviços que eram concebidos. Diante da análise realizada no capítulo dois, torna-se evidente essa discriminação de fatos operantes, esclarecendo, de forma sucinta e materializada, que o trabalho de Carolina Maria de Jesus foi descrito, em grande parte, como o de catadora de papéis, dificultando ainda mais sua rotina na favela.

O trabalho humano parte de uma divisão entre cargos que se habitua ao gênero e à sexualidade dos sujeitos, ao referir-se aos contratos trabalhistas, o cidadão brasileiro firma um compromisso com a finalidade de obter um salário para prover sua sobrevivência e a de seus familiares. Esse salário, portanto, pode ser pago às pessoas em dinheiro, por meio de comissões trabalhistas, dentre outras formas permitidas dentro do sistema capitalista, e quando a empresa

responsável pelo serviço altera ou pressiona a pessoa com atos de subordinação, afeta o condicionamento interativo do sujeito social em sua funcionalidade, desgastando a memória do sujeito físico. Atualmente, a legislação trabalhista oferece mecanismos de proteção ao trabalhador contra fraudes e violações de direitos, buscando maior equilíbrio nas relações de trabalho, com medidas diligentes e propícias, garantindo uma evolução na indústria cooperativa e servindo como base revolucionária de finalidade importante na rede de atividade e assistência aos cidadãos brasileiros.

4.1 A figura da mulher negra e favelada

A presente pesquisa tem como fundamento principal mostrar a força das mulheres negras, suas rotinas antepassadas, lutas e conquistas que almejaram e, acima de tudo, explicar, por meio de suas obras literárias, ensinamentos sobre como foi difícil enfrentar as adversidades, porém, com muito esforço e resistência, elas conseguiram conquistar o espaço que hoje ocupam na sociedade. Nesse contexto, a escritora Grada Kilomba (2019), em seu livro, *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, discorre sobre o processo de aceitação em relação à cor da pele e ao tipo de cabelo:

4. “(...) As pessoas costumavam tocar meu cabelo! – Invadindo o corpo negro. Eu realmente odiava quando as pessoas tocavam o meu cabelo: “Que cabelo lindo! Ah, que cabelo interessante! Olha, cabelo afro...” E o tocavam. Eu me sentia como um cachorro sendo acariciado... como um cachorro que está sendo tocado. E eu não sou um cachorro, sou uma pessoa”. (Kilomba, 2019, p. 121).

Enfatiza-se que a invasão do corpo negro, mesmo quando disfarçada de elogio, constitui uma prática racista e uma violação dos limites pessoais, gerando desconforto e constrangimento para as pessoas negras, pois a invasão de seus corpos e de seu espaço pessoal, muitas vezes por curiosidade, ultrapassa seus limites e atinge sua dignidade. No contexto narrativo, a autora evidencia que esse tipo de comportamento reflete a ideia de relações raciais marcadas pela objetificação do corpo da pessoa preta, por esse motivo, reconhece que é necessário estabelecer o respeito ao corpo do outro, atitudes que promovem a igualdade e a valorização da identidade negra.

Além desses aspectos, existem outras formas de preconceito que muitas pessoas verbalizam, como comentários sobre a espessura dos lábios, formato/tamanho do nariz. Esse processo é histórico, pois o racismo que dominava a sociedade era / é um elemento herdado de gerações passadas, fontes de conceitos abordados no dia a dia dos indivíduos. Portanto, fica explícito na sociedade apelidos de caráter pejorativo e as ofensas encobertas de

(brincadeiras/piadas): “Piadas racistas reforçam a superioridade branca e a ideia de que pessoas negras deveriam pertencer em posições subordinadas — no “buraco”. Elas expressam a relutância branca em renunciar à ideologia racista”. (Kilomba, 2019, p. 136). A reprodução de frases preconceituosas começou a apresentar-se como um modo de naturalizar os manifestos atribuídos às pessoas negras, elevando o ego e a superioridade dos indivíduos de corpos brancos. Diante disto, a escritora faz essa crítica com base na posição em que os grupos sociais limitam a comunidade negra, o que mantém os atos discriminatórios em vigor, ocasionando diversas atitudes prejudiciais. Nessa perspectiva, o interessante desta análise tem-se efetuado na reviravolta que aconteceu na sociedade contemporânea, muito embora persistem os desafios a serem enfrentados.

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “Elas/es querem tomar o que é Nosso, por isso Elas/es têm de ser controladas/os”. A informação original e elementar — “Estamos tomando o que é Delas/es” — é negada e projetada sobre a/o “Outra/o” — “elas/eles estão tomando o que é Nosso” —, o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido, o tirano. (Kilomba, 2019, p. 34).

O movimento dominado pela sociedade branca, ao longo dos anos, tomou posse das riquezas culturais que haviam em nosso país e, tendo conhecimento de toda a situação de seus atos, contribuiu para uma realidade ainda mais difícil no quesito da sobrevivência dos povos negros e originários. Surge, então, uma inversão em relação ao pensamento do sujeito na humanidade, nos fatos narrativos, os indivíduos de corpos brancos se mostram como vítimas que necessitam de autodefesa, utilizando estatísticas como justificativa para seus atos racistas.

A mulher negra e favelada esteve, ao longo do processo histórico, inserida em condições precárias pela informalidade do serviço, à desigualdade e à exclusão de direitos sociais. Denominada de forma racializada como “mulher de cor”, pertenceu a uma categoria que gera reflexão acerca da história marginalizada e discriminatória. Por meio dessas atitudes, muitas mulheres negras desenvolveram estratégias às quais pudessem recorrer como símbolo de resistência para conseguirem sobreviver e manter as pessoas de sua família, uma espécie de consolidação de trabalho com as responsabilidades domésticas e o cuidado de seus filhos. Essa realidade evidencia uma sobrecarga materna decorrente das desigualdades de raça, classe e gênero. Mesmo diante da desvalorização do sistema trabalhista e da insuficiência de remuneração, a mulher negra promoveu aos seus descendentes ensinamentos valiosos, como perseverança, solidariedade e respeito ao próximo, reforçando práticas de resistência e a luta por direitos iguais perante a sociedade. Desse modo, afirma-se que:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. (Gonzalez, 2018, p.44).

O contexto atuante traz a ideia de que o nível de oportunidade é menor em relação as mulheres negras, a maneira de privar esses seres do meio social tem se tornado uma limitação preocupante na escala de classes autoritárias. O racismo, o sexismo e a economia são fatores que, de modo coletivo, afetam principalmente as pessoas negras, sendo esses elementos responsáveis por inseri-las no sistema de opressão, fato que inferioriza as classes pobres e marginalizadas. Então, a escritora faz essa denúncia por meio de seus dados escritos presentes em seus textos literários, alertando sobre a condição imposta à figura feminina, com o intuito de solucionar essa situação que deprime a identidade do gênero feminino. A autora, reforça a posição intuitiva de que:

Os textos só falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulatas, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência. (Gonzalez, 1984, p. 225).

A relevância do papel da mulher negra trouxe, em sua história, maneiras delimitadas pela condição social e econômica do poder aquisitivo, em um contexto de meritocracia superficial e de amplas desigualdades. A figura feminina preta não era compreendida de uma forma justa, pois suas experiências eram marcadas por instabilidades diferentes da perspectiva de poderes comunitários, no entanto, essas mulheres brasileiras necessitavam ser compreendidas sob uma construção de seres que reconhecesse como verdadeiras protagonistas de suas narrativas, fatos representativos que buscaram resgatar suas memórias e sua identidade. Uma transformação revolucionária voltada a quebra de estereótipos, principalmente no que se refere às questões sobre as raças humanitárias. Compreendemos, portanto, a ideia que:

(...) para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região- assim como para ameríndias – a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pela racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (...). (Gonzalez, 2011, p. 18).

Constatamos, então, a opressão racializada, que acontece quando o sujeito pratica o racismo social. Essa percepção surgiu antes mesmo das atitudes discriminatórias de

desigualdade, a seguinte formulação articula-se com o reconhecimento dos eventuais conceitos de transformação do papel da mulher na humanidade.

O interessante da narrativa é que, o que antes era motivo de preconceito/racismo predominante passou, posteriormente, a ser apropriado como um padrão de beleza a ser conquistado por pessoas de corpos brancos, uma espécie de modificação em relação a sua estrutura. A mulher negra, que alcançou um espaço de reconhecimento, percebe que aquilo que um dia lhe causou sofrimento hoje é aplicado como símbolo de valorização em outras pessoas, pautas que, infelizmente necessitam ser debatidas, a fim de possibilitar um processo mais amplo de compreensão dessas causas incontestáveis. O mundo é composto pela miscigenação; no entanto, grupos e etnias que possuem diversas modalidades culturais habitam em comunidades regionais e sociais, essas características desde a era colonial, influenciam a forma de como as pessoas precisam valorizar os indivíduos que pertencem ao seu habitat.

4.2 A condição materna e a luta pela sobrevivência

O discurso sobre a maternidade, especialmente em condições de vulnerabilidade social, aponta os desafios enfrentados por muitas mulheres na luta pela sobrevivência de suas famílias, a responsabilidade de assegurar recursos como alimentação, moradia e outras necessidades básicas intensifica a precariedade material e a desigualdade social. A experiência materna exige um caráter resistente, pois, mesmo diante da escassez de recursos e da insegurança social e econômica, muitas mulheres persistem na busca por melhores condições de uma vida digna, colocando o bem-estar de seus familiares acima de suas próprias necessidades.

A mobilização da mulher, impulsionada pelo instinto materno, pelo afeto e pela responsabilidade, é apresentada como um símbolo de constante resistência, as atitudes desiguais expressavam-se por várias evidências, essa figura materna negra, especialmente a mãe, atua na linha de frente na luta por justiça e dignidade. Assumir o papel de criar um ser sozinho/a exige suas necessidades, quando se trata da mulher preta e favelada, a opressão manifesta-se em outras formas de sofrimento. Além disso, persiste na sociedade brasileira a ausência de redes de apoio e de políticas públicas voltadas à classe feminina, o que provoca a intensificação da vulnerabilidade social e emocional. Um eixo doloroso comum dessa realidade é visualizar a tristeza atingir os filhos, sem poder socorrê-los. Uma mãe ao perceber que suas crianças estão sendo atingidos pela fome, pelo desrespeito, falta de recursos para possuírem acesso à educação, aos conhecimentos básicos, aos direitos fundamentais, a materiais estruturantes que modificam

o futuro e uma moradia de qualidade, todos esses elementos geram uma desestabilidade entre o físico e o emocional dessas mulheres.

Portanto, a maternidade solo constitui uma experiência marcada pela sensibilidade, pelo vínculo afetivo e pela intensa responsabilidade. O amor que uma mãe dedica aos filhos impulsiona-a a enfrentar inúmeras privações e a lutar por direitos, muitas vezes abrindo mão de suas próprias necessidades para garantir condições mínimas de sobrevivência à família. Esse contexto demonstra a sobrecarga física, financeira e emocional da mulher que assume sozinha a criação e a educação dos seus filhos, transpassando cuidado, acolhimento e valores. Em um de seus momentos de reflexão, Carolina afirma: “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem do lar.” (Jesus, 1960, p. 19). Diante deste argumento, a autora revela o peso da maternidade exercida em situações de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que evidencia o papel resistente da mulher frente as desigualdades sociais. A narrativa da escritora denuncia essa desvalorização histórica.

Carolina Maria de Jesus ratifica:

(...) Mandeí o meu filho João José no Arnaldo comprar açúcar e pão. Depois fui lavar roupas. Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me: — O que escreve? — Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana. Ele disse: — Escreve e depois dá a um critico para fazer a revisão. Olhou as crianças ao meu redor e perguntou: — Estes filhos são seus? Olhei as crianças. Meu só era apenas dois. Mas como todas eram da mesma cor, afirmei que sim. — Seu marido onde trabalha? — Não tenho marido, e nem quero! Uma senhora que estava me olhando escrever despediu-se. Pensei: talvez ela não tenha apreciado a minha resposta. (Jesus, 1960, p. 19-20).

O pronunciamento da escritora apresenta-nos os fatos desumanos expressos em falas preconceituosas das pessoas que a cercam nas localidades periféricas, constituídas como espaços marginalizados, a mulher, desde sempre, trabalha e vive em prol dos filhos, representando uma condição social pertencente à classe de extrema pobreza, sobrevivente de uma moradia precária e mãe solo. Contudo, como criadora de histórias verdadeiras, ao mesmo tempo que os indivíduos a admiravam por sua disponibilidade em escrever, ela também sofria críticas por não ter um parceiro com quem pudesse compartilhar suas experiências. Portanto, Carolina possuía uma forte autonomia como mulher e mãe, tornando-se diferente das demais e, ao final, o que poderia ser apoio transformou-se em desmerecimento por parte da própria classe de gênero, o que permite visualizar essa situação como uma expressão degradante da desigualdade social.

Sua narrativa exemplifica uma comparação fundamental em relação aos custos alimentícios:

Antigamente era macarronada o prato mais caro. Agora é o arroz e feijão que suplanta a macarronada. São os novos ricos. Passou para o lado dos fidalgos. Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo. Quem não nos desprezou foi o fubá. Mas as crianças não gostam de fubá. Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia. (Jesus, 1960, p. 36-37).

Os valores que antes eram baixos e acessíveis aos favelados, por um devido tempo, ficaram difíceis a seu acesso, uma pessoa pobre não conseguia comprar o básico para suprir suas necessidades, a escritora ironiza toda essa situação, exibindo a exclusão do sujeito e de seus grupos familiares. Ao citar sobre a cor do feijão, demonstra que a fome estava afetando tanto as pessoas que, principalmente seus filhos, não se importavam como qual mantimento eles estariam consumindo, esse processo envolvia muitas pessoas e impedia de visualizar a condição precária dos alimentos. Carolina conclui a narrativa abordando que, a fome e a miséria que a população lutava constantemente, ficavam sem atendimentos dos governantes. O sofrimento continuava e excluía as pessoas marginalizadas da possibilidade de uma vida com melhores condições.

4.3 As marcas de opressão e a luta por reconhecimento

As marcas de opressão que atravessam a vida das mulheres negras manifestam-se por meio de oportunidades negadas, do estado precário do trabalho, de condições discriminatórias, do racismo e da exclusão social. No contexto do capitalismo contemporâneo, essas formas de opressão reforçam as relações de consumo e ampliam as desigualdades já existentes. Como consequência, o reconhecimento social e interativo da mulher negra é frequentemente limitado por barreiras estruturais que dificultam o acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho, à renda e aos serviços essenciais. Portanto, compreendemos que a marginalização não decorre de condições isoladas, mas de um sistema que reproduz privilégios e mantém as classes sociais mais pobres inferiores em relação as demais, garantindo assim a luta por reconhecimento e pelo acesso a direitos e condições dignas de participação na sociedade.

Conquistar esse reconhecimento envolveu muito mais do que discursos elaborados por pessoa que não sofreram essa luta, mas que contaram essa história por uma perspectiva que a

sociedade definia, ao relatar sobre as identidades afrofeminina, dedicaram-se, dia após dia por uma integridade humana e democrática, apresentando ao público suas tradições culturais, que necessitavam obter respeito perante a sociedade. Trata-se de uma luta contínua para que a população consiga alcançar essa posição de poderem expressar seus relatos e opiniões nos discursos sociais. Essa busca por visibilidade, por muito tempo, foi críticas e, na atualidade, pode ser observada nas análises discursivas investigadas por pesquisadores nas literaturas existentes. Nesse sentido, reforça-se que:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) (González, 1984, p. 232).

Reconhece-se que o racismo estrutural teve um papel central no processo de formação de espaços urbanos e brasileiros. Ao longo do período histórico, a população branca ocupou áreas mais reconhecidas e valorizadas, com melhor infraestrutura, enquanto os indivíduos negros, indígenas e mestiços foram obrigados a permanecerem em espaços marginalizados, regiões periféricas e sem acesso a recursos básicos. Foi um processo, herdado de gerações passadas desde o período da escravidão no Brasil, contribuiu para o desequilíbrio social e práticas segregacionistas que favoreceram a divisão territorial presente até os dias atuais. As práticas de segregação urbana não ocorreram de forma natural, mas foram resultados de relações de opressão racial que moldaram a sociedade brasileira.

No debate sobre as práticas racistas, Carolina acrescenta que:

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: — É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho meu cabelo de negro mais iducado do que o cabelo do branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (Jesus, 1960, p. 55).

A aceitação da cor de sua pele nunca foi um problema com o qual Carolina precisasse se preocupar, mesmo diante de todas dificuldades existentes, continuava escrevendo em seu diário literário, embora tenha sido vítima do racismo cotidiano e da discriminação por ser uma mulher negra. Utilizava, ainda, suas produções como forma de conscientização social,

valorizando a identidade feminina negra na sociedade e questionando os estereótipos raciais existentes em nosso meio social. Em sua obra, mostrou que as pessoas não devem serem validadas por sua cor de pele e que isso não definia sua capacidade de pertencer a uma classe justa, Carolina Maria de Jesus reafirma o orgulho por sua identidade, herdada das matrizes afrobrasileiras, característica de grande importância para o mecanismo de fortalecimento da igualdade racial.

Em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, enfatiza que:

...Um dia, um branco disse-me: — Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem. O branco é que se diz superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (Jesus, 1960, p. 55).

Somos todos iguais perante a sociedade, e não existe qualquer lei que estabeleça a superioridade de uma classe ou de uma raça sobre a outra, a única raça que existe no mundo é a (humana), a escritora demonstra que a ideia de poder e “superioridade” foi, no percurso narrativo, construída pelo sujeito branco como um campo mecânico de dominação e manutenção das desigualdades raciais. Portanto, compreende-se que a sociedade contemporânea precisa de transformações capazes de promover um ambiente mais justo, inclusivo e resistente às práticas discriminatórias. Isso exige o pleno reconhecimento e a valorização da ancestralidade, deixando de lado as disputas históricas por territórios e recursos financeiros que contribuíram para a exclusão de determinados grupos populacionais, garantindo, assim, uma condição em que todos tenham acesso a uma vida digna e estável.

O Brasil necessita de transformações que promovam maior nível de igualdade social e fortaleçam a participação do indivíduo na cidadania. Torna-se fundamental ampliar o acesso da população à educação e ao conhecimento sobre os direitos e os instrumentos de participação política. Reconhecendo a mulher como protagonista nos espaços de tomada de decisão, rompendo estereótipos que, por muito tempo, a restringiram apenas às atividades domésticas. Trata-se de uma luta por sobrevivência e pelo combate as discriminações historicamente presentes na trajetória dos grupos marginalizados.

O intuito da pesquisa fundamenta-se em promover a acessibilidade de vozes emancipadas, ou seja, ouvir as pessoas excluídas, possibilitando que todos expressem seus pensamentos e posicionamentos na construção da democracia, garantindo uma convivência representativa e valorizando a virtude de cada pessoa. Busca-se, assim, uma modalidade

diferente de diálogo interativo e construtivo na posição de interesse coletivo entre os diversos grupos étnico-raciais.

Sob essa perspectiva, a efetividade dos direitos sociais demanda a atuação conjunta do Estado e de políticas públicas que assegurem condições humanizadas de vida. Neste contexto, o sistema de saúde constitui uma das principais ferramentas para promover uma rede de acesso universal à proteção, ao acolhimento e ao tratamento adequado do público comunitário. Tornando indispensável a inclusão de todos os grupos pertencentes às diferentes etnias brasileiras, inclusive dos povos originários, na construção de uma sociedade comprometida e humana.

O papel das narrativas de vida das pessoas negras, desde o período da escravidão até os relatos contados por diversos autores, apresenta ao público identidades e memórias desprezadas pelas políticas sociais. Atualmente, com as mudanças ocorridas no sistema democrático, esses sujeitos conquistaram o privilégio de contar suas histórias, embora, muitos de seus antepassados não tenha conseguido devido a luta e o enfrentamento de pensamentos e posicionamentos racistas. Carolina Maria de Jesus apresenta esses fatos por meio de sua trajetória de luta pela sobrevivência e mantimento de seus filhos, trabalhando como catadora de papel, habitante de uma zona periférica, expõe as inúmeras dificuldades que enfrentou em seus dias de vida. Sua obra contribuiu para proporcionar um direcionamento a atenção da sociedade às vozes que, por muito tempo, permaneceram excluídas.

No século XXI, as mulheres negras passaram a ocupar espaços historicamente negados pela estrutura patriarcal e racista. Ampliaram sua visibilidade e conseguiram domínio em locais que antes eram restritos, inclusive na mídia, nas universidades e em cargos de liderança, fortalecendo o condicionamento de sua presença em áreas jornalísticas, publicitárias e outros campos profissionais, anteriormente ocupados, em sua maioria, por pessoas brancas. Esse nível de avanço está diretamente relacionado às lutas sociais contra as desigualdades de gênero e de raça, promovendo maior visibilidade, reconhecimento e participação da população dos povos negros na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, constata-se que a presente pesquisa, desenvolvida com base em levantamento bibliográfico e análise investigativa, possibilitou não apenas a retomada das contribuições dos autores mencionados na introdução. Mas também a problematização das questões centrais que atravessam a obra analisada, evidenciando, ao longo dos capítulos, as múltiplas relações entre literatura, opressão social, resistência e representação da mulher negra.

A análise de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* permitiu compreender que a escrita de Carolina Maria de Jesus ultrapassa os limites de um relato autobiográfico individual, configurando-se como testemunho social de uma experiência historicamente marcada pela pobreza, pela fome, pelo racismo e pela exclusão. Nesse sentido, a obra se afirma como documento literário e político de grande relevância para a compreensão da realidade brasileira.

Ao examinar a representação da mulher negra na narrativa, verificou-se que a autora constrói, por meio de sua própria vivência, uma imagem feminina dissociada de estereótipos passivos ou secundários. Carolina ocupa o centro de sua narrativa, assume a palavra e transforma sua experiência em denúncia, conferindo visibilidade a sujeitos que, por muito tempo, foram silenciados nas esferas social, política e literária.

A pesquisa também demonstrou que a opressão vivenciada pela mulher negra não pode ser compreendida de forma isolada ou simplificada, uma vez que resulta da articulação entre diferentes eixos de desigualdade, especialmente raça, gênero e classe social. Assim, a leitura da obra evidencia como essas estruturas operam simultaneamente, produzindo vulnerabilidades específicas e aprofundando processos históricos de marginalização.

No que se refere a resistência, observou-se que ela se manifesta de maneira concreta na trajetória de Carolina Maria de Jesus, sobretudo em sua insistência em escrever, registrar o cotidiano e afirmar sua subjetividade em um contexto marcado pela precariedade material. A escrita, nesse caso, deixa de ser apenas expressão pessoal e assume a função de instrumento de sobrevivência simbólica, crítica social e afirmação identitária.

As discussões teóricas mobilizadas ao longo do trabalho, com destaque para autoras como bell hooks, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, Angela Davis e Grada Kilomba, contribuíram para ampliar a interpretação da obra e evidenciar sua densidade crítica. Tais aportes permitiram compreender que a experiência narrada por Carolina não se restringe ao plano individual, mas dialoga com processos estruturais que atingem historicamente a população negra, em especial as mulheres periféricas.

Verificou-se, ainda, que a linguagem presente em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* desempenha papel central na construção de sua potência discursiva. Longe de representar fragilidade estética, a escrita de Carolina revela autenticidade, urgência e força expressiva, tornando-se elemento fundamental para a denúncia das desigualdades sociais e para a afirmação de uma voz autoral que resiste as tentativas de apagamento.

Dessa forma, o estudo confirmou que a obra analisada permanece atual, não apenas por seu valor literário, mas também por sua capacidade de provocar reflexões acerca de problemas ainda persistentes na sociedade brasileira. A fome, a desigualdade social, a exclusão urbana, o racismo estrutural e a desvalorização da mulher negra continuam sendo questões que exigem enfrentamento crítico e compromisso ético por parte da sociedade e da produção acadêmica.

Em termos acadêmicos, esta pesquisa reforça a importância de ampliar os estudos sobre autoria negra feminina, sobretudo quando tais narrativas possibilitam revisões críticas do cânone, da história literária e das formas tradicionais de representação. Ao trazer Carolina Maria de Jesus para o centro da discussão, o trabalho contribui para o fortalecimento de perspectivas de leitura mais inclusivas, plurais e comprometidas com a justiça social.

Por fim, conclui-se que *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* constitui uma obra indispensável para a compreensão das relações entre literatura e realidade social, uma vez que transforma a experiência da dor, da exclusão e da luta cotidiana em memória, denúncia e resistência. Assim, a presente monografia reafirma a relevância da escrita de Carolina Maria de Jesus como expressão de resistência feminina negra e como instrumento fundamental para a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, p. 246, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. São Paulo: Takano, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.
- COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, C. Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares: Cultura Afrobrasileira**. Brasília/DF a. I, n. 1, ago., 2005.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. ° 92/93. (jan.jun.), p. 69-82.1988.
- GONZALEZ, Lélia. A questão Negra no Brasil. In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 **Batalha de ideias**. (2011). 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em 20.02.2026.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, p. 50, 2019.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista TEIAS: Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, p. 464–478, 2. sem. 1995.

HOOKS, bell. **Negro: raça e representação**. Boston: South End Press, 1992.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Carolina Maria de Jesus: Biografia**. [S.I.] IMS, [s.d.]. Disponível em: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/biografia/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1960.

JOHANSON, I. Erguer a voz com bell hooks. 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.